



03/11/2014 - Tribunal Superior do Trabalho

Oi é condenada por divulgar ostensivamente “dez mandamentos da telefonia”

Oi é condenada por divulgar ostensivamente “dez mandamentos da telefonia” icon
Coverter Oi é condenada por divulgar ostensivamente “dez mandamentos da telefonia”

A Oi S.A. foi condenada a pagar solidariamente com a Telecomunicações e Engenharia Ltda. (Telenge) indenização de R\$ 5 mil a um instalador/reparador de linhas que se sentiu assediado moralmente porque a empresa fixou várias vezes, em mural, os “dez mandamentos da telefonia”, com frases como “não terás vida pessoal, familiar ou sentimental” e “não verás teu filho crescer”. Condenada na instância regional, a Oi recorreu ao Tribunal Superior do Trabalho (TST), que, em decisão da Segunda Turma, rejeitou o exame do mérito do recurso de revista.

Segundo o instalador, contratado pela Telenge para prestar serviços à Brasil Telecom S.A. (hoje Oi), um e-mail impresso com os “mandamentos da telefonia” foi afixado no mural do ambiente de trabalho frequentemente durante os dois anos e meio de contrato. Por diversas vezes o documento foi retirado do mural pelos empregados, inclusive ele mesmo, porque se sentiram ofendidos pelo seu conteúdo e com a prática da empresa. No entanto, ela “insistia em manter o e-mail ao alcance dos olhos de seus empregados”, afirmou o trabalhador.

Os “mandamentos” prosseguiam com “não terás feriado, fins de semana ou qualquer outro tipo de folga” e “a pressa será teu único amigo e as tuas refeições principais serão os lanches, as pizzas e o china in box”. Havia ainda “dormir será considerado período de folga, logo, não dormirás”.

Embora a Oi tenha negado a prática, os fatos narrados pelo empregado foram ratificados por testemunhas. A Telenge, por sua vez, alegou que se tratava de “uma piada, uma história, não para ofender os funcionários e, sim, para a empresa ter um clima de descontração e amizade”. Sustentou também que circulam na internet textos semelhantes.

O Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (TRT-PR) considerou que a divulgação do texto em “rodas de amigos” ou na internet é diferente de se buscar institucionalizar os “mandamentos”. Para o TRT, a realização desses atos inculca no empregado “a sensação de que o conteúdo da mensagem era o correto e o esperado”.

No recurso ao TST, a Oi alegou que não foram demonstrados os requisitos que caracterizam o dano moral. Para o ministro José Roberto Freire Pimenta, relator do recurso, houve “evidente afronta à imagem e à dignidade da pessoa humana”. Ele frisou que o trabalhador foi submetido a pressão por parte da empresa com a fixação do texto no mural pois, segundo o ministro, era uma forma de “manifestar o comportamento esperado dos seus empregados”.

O relator destacou que, para se concluir de maneira diversa da do Regional, seria necessário reexaminar o conjunto fático-probatório, procedimento que é vedado na fase recursal de natureza extraordinária, nos termos da Súmula 126 do TST.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação e Publicidade Ltda | Jornalistas Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

03/11/2014 - Telesíntese

Ações da Oi e da PT sobem com oferta de 7 bilhões de euros da Altice pela PT

Operação condiciona pagamento de 400 milhões de euros à geração futura de caixa e de outros 400 milhões de euros a aumento da receita. Ações da Oi e da PT apresentam forte alta. Conselho da Oi já avalia proposta. Mercado espera lances de outros interessados.

A operadora europeia de cabo Altice, do bilionário europeu Patrick Drahi, fez ontem (2) uma oferta de 7,025 bilhões de euros para adquirir a participação da Oi na PT Portugal SGPS (PT). O acordo exclui o caixa, a dívida da operadora portuguesa e os investimentos na Rio Forte. Também não entram os ativos da PT na África (Africatel GmbH) nem no Timor Leste (Timor Telecom). O negócio, se concretizado, reverterá o processo de fusão entre Oi e PT, iniciado no final de 2013.

“O enterprise value da proposta considera um earn-out (pagamento diferido) de 400 milhões de euros sujeito a geração futura de receitas, além de um earn-out de 400 milhões de euros sujeito a geração futura de fluxo de caixa operacional livre. O preço final estará sujeito a ajustes comuns em operações de compra e venda de empresas”, explicou a Oi em comunicado à CVM. Segundo a Oi, a proposta já passa por análise do conselho de administração da companhia. Segundo a Altice, o valor total pago sairá do caixa disponível da empresa.

A Altice já possui ativos em Portugal. A companhia é dona da Cabovisão e da Oni Telecomunicações. Recentemente, comprou a SFR, operadora de telefonia móvel francesa. A notícia da proposta repercutiu positivamente no mercado para as partes vendedoras. As ações da Oi e PT sobiam, no mo-

mento em que esta reportagem era escrita (12h20). As ações ordinárias da Oi tinham alta de 6,56%, enquanto as preferenciais subiam 8,46%. As ações da PT ganhavam 4%. As ações da Altice caíam 1,46% na bolsa de Amsterdam.

Analistas ouvidos pelos jornais portugueses consideraram a oferta acima de esperado (um pouco mais de 6 bilhões de euros) e acham que é irrecusável. Mas a própria Altice reconhece que pode haver concorrência para a compra, especialmente por parte de fundos de private equity como os britânicos Apax e Bain.

Já, no Brasil, analistas avaliam o movimento como benéfico a todas as operadoras de telecomunicações. A expectativa é que a oferta ele o preço das ações também da TIM e da Telefônica Vivo. No momento, TIM apresenta alta de 3,34%, e Vivo de 0,11%. Analistas também acreditam que novos lances pela PT, vindos de grupos de investimento, devem acontecer nos próximos dias. Um analista observa que o movimento de consolidação no Brasil deve, de fato, se concretizar, com a venda da PT. Na última semana cresceram os rumores de que Claro, Oi e Vivo estariam com uma proposta pronta para comprar e fatiar a TIM da Telecom Italia. O negócio estaria condicionado à venda da PT pela Oi.



03/11/2014 - Telesíntese

Anatel precisa mudar várias regras para aprovar 'fatiamento' da TIM, adverte conselheiro

Vice-presidente da Anatel afirma que esforço seria semelhante ao feito para anuência da compra da BrT pela Oi, que implicou na mudança do PGO

A possível venda da Portugal Telecom pela Oi precisa ser autorizada pela Anatel porque haverá alteração no quadro societário. A informação foi dada nesta segunda-feira (3) pelo vice-presidente da agência, Jarbas Valente, após divulgação da oferta da francesa Altice para a compra da prestadora portuguesa feita à tele brasileira. A companhia ofereceu mais de 7 bilhões de euros pela PT, mas a proposta ainda será analisada pelo conselho de administração da Oi.

De acordo com analistas de mercado, a venda da PT credenciaria a Oi para a compra da TIM, em parceria com a Claro e a Vivo. Na semana passada, informações publicadas na imprensa davam como certo o acordo entre as três operadoras.

Nesse caso, além da avaliação sobre os impactos da operação para os usuários da TIM, a Anatel teria que alterar regras, numa operação nos mesmos moldes que antecedeu a aprovação da compra da Brasil

Telecom pela Oi, afirmou Valente.

“É muito mais complicada a operação de ‘fatiamento’ da TIM, porque dependeria de mudanças no PGA [Plano Geral de Autorização] e várias regulamentações, sem considerar a concentração de mercado e situação dos clientes”, disse Valente, afirmando que o termo ‘fatiamento’ nem é usado na agência. Ele disse que é preciso mudar a divisão de operadoras por área, prevista no Plano Geral de Autorização (PGA), para evitar que um grupo seja dominante.

Além disso, precisará alterar o limite de espectro detido pelas operadoras, que também exigirá mudanças na regulação. “Para suportar mais 20 milhões de clientes na mesma área, os limites atuais não suportariam tais inclusões de acessos”, disse Valente. Ele prevê um debate longo, caso a operação seja confirmada.

Hoje é seu último dia como dirigente da Anatel.

04/11/2014 - Teletime

Se vender a Portugal Telecom, Oi recupera o que gastou, mas ainda terá desafios

A oferta da Altice pelos ativos da Portugal Telecom pode parecer um valor elevado. Afinal, são 7 bilhões de euros, contra cerca de 1,8 bilhão de euros que foi o valor dado aos mesmos ativos quando a Portugal Telecom foi absorvida pela Oi, há pouco mais de um ano. Mas a conta mostra que hoje

a Portugal Telecom está saindo, caso a operação de venda seja aprovada, por aproximadamente o mesmo preço que “custou” para a Oi. Quando Oi e Portugal Telecom formalizaram a fusão, o valor dos ativos da PT foi de 1,8 bilhão de euros. Mas a fusão trouxe ainda uma dívida pesada para dentro da Oi.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação e Publicidade Ltda | Jornalistas Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

Em dezembro de 2013, a dívida líquida da PT era de aproximadamente 4,6 bilhões de euros. Essa dívida aumentou quando ficou claro que os investimentos em papéis da Rioforte resultariam em calote. Ou seja, é como se a dívida líquida fosse de 5,5 bilhões de euros. Isso significa que, no final das contas, entre dívida e valor dos ativos, a Portugal Telecom entrou na Oi por 7,3 bilhões de euros, e vai ser vendida por 7 bilhões, sendo que a dívida permanece na Oi.

Pode-se argumentar que a Altice não está comprando as operações africanas, e que a Oi poderia ainda ter uma receita complementar vendendo esses ativos, que geram cerca de 70 milhões de euros em EBITDA anualmente. No entanto, o emaranhado societário e a dificuldade que a Oi terá para lidar com essas operações são gigantescos, já que há um litígio com os sócios portugueses e entre os sócios há pessoas com forte ligação com os governos locais.

Outro problema para a Oi são as sinergias. Quando a fusão entre Oi e Portugal Telecom foi proposta, anunciou-se ao mercado que isso geraria, no longo prazo, sinergias de R\$ 5,5 bilhões. Por sinergia entende-se, sobretudo, cortes de custos e ganhos operacionais decorrentes na redução de pessoal, ganhos de escala na compra de equipamentos e planejamento tributário. A promessa desses ganhos futuros foi importante para que a Oi levantasse, em mercado, cerca de R\$ 8 bilhões no processo de capitalização. Ao se desfazer dos ativos da Portugal Telecom e sair daquele país, as sinergias deixam de existir. Será preciso, portanto, convencer os investidores que a redução da dívida compensa. Lembrando que nos EUA a SEC (órgão de controle do mercado de valores mobiliários local) está analisando o caso, e que no Brasil também está sob a lupa da CVM.

Dívida

Não se sabe se uma eventual venda da Portugal

Telecom para a Altice resultaria em uma redução integral da dívida. Hoje a Oi deve R\$ 46 bilhões. Se tudo o que vier da venda para a Altice for usado para reduzir a dívida, ela cairia para cerca de R\$ 26 bilhões. Em termos relativos, o Credit Suisse estima que a Oi teria uma relação dívida/EBITDA na casa de 3,4 vezes, o que é aproximadamente o que tinha antes da fusão com a Portugal Telecom, o que já era um múltiplo considerado elevado.

Mas seria preciso garantir que 100% dos recursos da venda fossem para esse fim. A imprensa portuguesa destaca que os acionistas portugueses teriam poder de veto sobre a operação, razão pela qual a Altice teria iniciado as conversas com eles, para só então fazer uma proposta à Oi. Faz sentido. Mas estes mesmos acionistas portugueses teriam interesse em permanecer acionistas de uma empresa que só opera no Brasil (e na África)? Eles não poderiam usar o poder de veto para forçar a Oi a distribuir dividendos ou forçá-la a recomprar pelo menos parte das ações controladas por estas empresas portuguesas (e que representam cerca de 22% do capital da Oi)? É uma especulação possível, ainda mais considerando que pelo menos um dos acionistas da Oi (o grupo Espírito Santo) está em complicada situação financeira.

Também existe a especulação, ainda mais distante, sobre o uso de parte desses recursos para uma oferta para a compra da TIM. Esse é o projeto dos sonhos do BTG, mas que ainda precisa ser alinhado com Vivo e Claro e, sobretudo, precisa convencer a Telecom Italia. Sem falar no governo brasileiro que já sinalizou: qualquer oferta nesse sentido implicaria uma complicada revisão do Plano Geral de Autorizações (o que é uma decisão que dificilmente seria tomada sem uma indicação política) e no estabelecimento de novos tetos de frequência para as operações, o que demanda muito tempo de análise regulatória e concorrencial.



02/11/2014 - Portal Vermelho

Quatro razões para entender por que mercado "desconfia" de Dilma

O primeiro dia depois das eleições que reconduziram Dilma Rousseff ao Palácio do Planalto foi de turbulência no mercado financeiro brasileiro. O índice Bovespa caiu 2,77%. A cotação do dólar também registrou alta de 2,5%, fechando a R\$ 2,52. As ações da Petrobras caíram 12%, a maior queda desde novembro de 2008.

Como aconteceu durante a campanha com a divulgação de pesquisas eleitorais, indicadores do mercado financeiro reagiram mal à reeleição de Dilma, mostrando a preferência de parte do eleitorado pelo candidato derrotado, Aécio Neves (PSDB).

Em uma das primeiras entrevistas concedidas após a reeleição, a presidenta já prometeu mudanças na economia antes do fim de seu primeiro mandato. "Não vou esperar para iniciar todas as ações no sentido de transformar e melhorar o crescimento da nossa economia", disse Dilma ao Jornal Nacional.

A presidenta reeleita reafirmou seu compromisso de 'diálogo com todos os segmentos para discutir os caminhos do Brasil' e se comprometeu a anunciar novas medidas econômicas até o fim do ano. "Preto colocar de forma muito clara as medidas que vou tomar. Agora, não é hoje. Antes do final do ano. Vou fazer neste mês que se inicia na próxima semana", afirmou.

Mas por que o mercado reagiu com 'desconfiança' à reeleição de Dilma? A BBC Brasil ouviu analistas no exterior sobre o pessimismo entre alguns investidores com os próximos quatro anos de mandato da petista. Conheça alguns dos motivos apontados por eles:

'Exagero interno' contagia exterior

O sentimento negativo em relação à economia no segundo mandato de Dilma entre vários investidores

internacionais tem sua origem em um pensamento difundido pelo empresariado brasileiro, na avaliação de Stephen Rose, da LatinCo, consultoria de Londres que auxilia instituições europeias a investir no Brasil.

"A vitória apertada de Dilma ontem [domingo] na eleição presidencial do Brasil pode ser uma decepção, mas não é um desastre", escreveu Rose em um boletim enviado a seus clientes nesta segunda-feira em Londres. Ele cita que o mercado tinha mais confiança na perspectiva de reformas e ortodoxia na economia com uma vitória de Aécio Neves e a provável indicação de Arminio Fraga para o Ministério da Fazenda.

"O antagonismo da comunidade brasileira de negócios a Dilma distorceu o cenário, dando a impressão de que o Brasil vai embarcar em quatro anos terríveis."

"O problema maior é com os empresários locais. O Brasil continua atraindo muitos investimentos estrangeiros diretos", diz Victor Bulmer-Thomas, analista do think tank londrino Chatham House. O Brasil atrai, em média, US\$ 55 bilhões (R\$ 139 bilhões) em investimentos estrangeiros diretos por ano - e essa média não caiu este ano, mesmo diante do pessimismo registrado no mercado financeiro.

Bulmer-Thomas diz que há investidores estrangeiros acostumados com riscos muito maiores do que o Brasil. Ele cita o exemplo do setor de energia - que continuará atraindo recursos externos pelos próximos cinco ou dez anos, dadas as boas perspectivas de rentabilidade no país.

"Investidores nesse setor estão acostumados com cenários locais muito mais difíceis. Essas pessoas estão acostumadas a investir em lugares como Rússia e Angola, então o Brasil não é o maior dos desafios."



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação e Publicidade Ltda | Jornalistas Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

Fuga especulativa

Stephen Rose atribui parte do movimento de saída de capitais estrangeiros nesta semana a um fenômeno particular de setembro. Alguns investidores com olho em ganhos de curto prazo inundaram a bolsa brasileira em setembro, na expectativa de que Aécio Neves ou Marina Silva fossem eleitos. Segundo ele, 52% do movimento de setembro da Bovespa era de capital estrangeiro chegando à bolsa.

Para ele, parte desses estrangeiros estão procurando oportunidades de ganhos no Brasil, e não demoram em sair do país para migrar para lugares como México e Indonésia diante de notícias consideradas ruins.

Rose e Bulmer-Thomas concordam que um dos problemas do mercado financeiro brasileiro é a falta de confiança do empresariado nacional para investir.

“No Brasil, o nível médio histórico de investimento é de 18% do PIB, o que é muito baixo se comparado com Índia e China, que estão na casa de 35% a 40%”, diz o analista da Chatham House.

Para convencer os empresários brasileiros a investir, Dilma teria que dar uma série de sinais ao mercado – desde o nome da nova equipe à renovação de alguns princípios.

Ministro da Fazenda

Um dos anúncios mais esperados é o nome do novo ministro da Fazenda, já que Guido Mantega está de saída.

Os analistas acreditam que o mercado aceitará bem algum ministro com perfil parecido com o de Antonio Palocci, com reputação de bom trânsito entre os empresários nacionais, mas rejeitará políticos como Aloisio Mercadante, visto como “esquerdista demais”, segundo Stephen Rose.

Mas mesmo a indicação do novo ministro e da equipe econômica não seriam suficientes para apaziguar o mercado. Irene Mia, da consultoria britânica Economist Intelligence Unit, acredita que Dilma tem uma imagem de pessoa que “microgerencia” demais os assuntos da Fazenda e não dá liberdade para seus ministros trabalharem.

Ela cita uma frase de uma entrevista recente do ex-ministro Antonio Delfim Netto: “Dilma é seu próprio ministro da Fazenda”, dando a entender que qualquer que seja o ministro, ele não terá espaço para tomar decisões.

Rose acredita que outro fator político será importante no segundo mandato de Dilma: o papel do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva no governo. Ele diz que Lula tem uma reputação de conseguir conciliar programas sociais com a gestão eficiente dos pilares da economia – agradando ao mercado e aos eleitores. Se ele ganhar mais espaço no governo Dilma, isso seria bem visto por muitos investidores.

Inflação

Os três analistas são unânimes na indicação de que o combate à inflação é o principal “termômetro” no qual investidores estão de olho. Um compromisso com puxar a inflação – que flutua atualmente próximo ao teto da meta de 6,5% - para o centro da meta (4,5%) mostraria um compromisso do governo em dar condições estáveis para os empresários investirem em aumentar a produção.

Irene Mia diz que, no primeiro mandato de Dilma, o governo só usou a política monetária (alta da taxa de juros) para combater a inflação. Como os juros brasileiros já estão em um patamar considerado alto, a única ferramenta que sobra é a fiscal – com aumento de impostos (que ela descarta) ou redução de gastos públicos.

No entanto, a analista da Economist Intelligence Unit não se mostra otimista com grandes reformas neste setor.

“Eu sinceramente não acredito que muita coisa vá mudar [em comparação com o primeiro mandato]. No momento, a situação é bastante ruim. Estamos prevendo crescimento econômico de 0,4% para este ano”, diz Mia.

A previsão da EIU para os anos de 2015 a 2019 é de um crescimento econômico anual médio de 2,5% - levemente superior à média de 1,7% do primeiro mandato de Dilma.

“Durante a campanha, Dilma nunca assumiu que existe um problema com a economia. Ela parece achar que tudo está bem, e que o crescimento vai voltar e a inflação vai baixar. Mas ela não vê nada de errado, então acho que investidores não devem esperar muitas mudanças nas políticas”.

Os analistas acreditam que Dilma terá pouca margem de manobra para usar a ferramenta fiscal (aumento de impostos ou redução de gastos públicos), já que o governo já está com dificuldades de cumprir o superávit fiscal primário este ano.



03/11/2014 - Portal Vermelho

Minha Casa Minha Vida gerou 1,2 milhão de empregos em cinco anos

Pesquisa da FGV concluiu que programa amenizou déficit habitacional e contribuiu para a melhoria das condições de moradia das camadas mais pobres.

Conjunto habitacional financiado pelo Minha Casa Minha Vida em Nova Friburgo, no Rio de Janeiro. Conjunto habitacional financiado pelo Minha Casa Minha Vida em Nova Friburgo, no Rio de Janeiro. Estudo preparado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), elaborado a pedido de entidades da construção civil, identificou que, em cinco anos de operação, o Programa Minha Casa Minha Vida foi responsável por resultados importantes para a economia brasileira.

O programa permitiu, conforme o estudo, a abertura de 1,2 milhão de novos postos de trabalho e incrementou a arrecadação tributária de R\$ 17,8 bilhões em tributos diretamente aplicados na construção civil e R\$ 15,7 bilhões nas demais atividades envolvidas na produção dos conjuntos habitacionais.

Além disso, de acordo com o estudo, elaborado pela professora Ana Maria Castelo, coordenadora de projetos da construção da FGV, o Minha Casa Minha Vida contribuiu para amenizar o déficit habitacional em pelo menos três categorias e para a melhoria das condições de moradia das camadas mais pobres da sociedade brasileira. O estudo "Políticas Permanentes de Habitação" avaliou o impacto do Minha Casa Minha Vida na construção civil.

"O déficit habitacional no Brasil, em sua composição, é quase totalmente de famílias de baixa renda. Hoje, 73% das famílias que estão no déficit têm até três salários mínimos", afirma a pesquisadora.

Segundo ela, as pessoas de baixa renda têm mais dificuldade de se inserir nas condições exigidas pelos agentes financeiros. "Os programas habitacionais, ao fornecer subsídios e condições de financiamen-

to subsidiadas, permitem inserir essa população e ajudam a reduzir o déficit habitacional", disse Ana Maria Castelo.

Demanda por habitação

Ao avaliar os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) sobre o déficit habitacional, a pesquisadora conclui que o Minha Casa Minha Vida amenizou partes do déficit habitacional brasileiro, como a coabitação (quando familiares compartilham a mesma residência), que caiu em 24,12%.

Já no caso das habitações precárias (aquelas em áreas de risco e sem acesso a serviços), a redução no déficit foi de 18,99%. No caso do déficit causado pelo adensamento (ocupação do solo sem o planejamento), o déficit caiu em 5,45%.

De acordo com o Ipea, o programa reduziu em 8,04% o total do déficit habitacional no período de 2009 e 2012. Em unidades habitacionais, o déficit está estimado em 5 milhões de moradias.

A pesquisadora estimou que a demanda por habitação de baixa renda deva alcançar 20 milhões de unidades em 2024. Para atender 51% dessa demanda habitacional, será necessário, segundo ela, construir 11,2 milhões de habitações sociais, a um custo total de R\$ 760 bilhões.

Para chegar a este volume, a professora Ana Castelo estimou em R\$ 68,1 mil o custo de cada unidade habitacional, o que, multiplicando pela demanda de 11,2 milhões de moradias, corresponde a um investimento total de R\$ 760 bilhões em dez anos - R\$ 76 bilhões ao ano.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação e Publicidade Ltda | Jornalistas Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

Até 29 de julho, foram contratadas, de acordo com a Caixa Econômica Federal, 3 milhões 553 mil 314 unidades habitacionais por meio do Minha Casa Minha Vida.

Foram investidos, nestas moradias, mais de R\$ 223 bilhões. Deste total, foram concluídas 2.040.706 habitações (R\$ 136, 87 bilhões), 797.666 (R\$ 44,98 bilhões) estavam em produção e 692.942 (R\$ 39,25 bilhões) estavam na fase inicial, com a obra executada em até 25%.

Política de estado

Para a melhor continuidade dos programas de habitação de interesse social, a professora Ana Maria Castelo defende a tese de que programas como o Minha Casa Minha Vida sejam transformados em políticas de estado. "É preciso que haja uma política continuada para habitação de interesse social", afirmou.

Para a professora, o Minha Casa Minha Vida precisa superar questões como o valor do preço dos terrenos, sobretudo nos grandes centros, a destinação de áreas para moradia de interesse social, a

qualificação de mão de obra do mercado do setor e a melhoria da produtividade nas construtoras.

A economista Ana Maria Castelo acredita que a modalidade de arrendamento ou aluguel social, "sem tradição no Brasil", poderia ser alternativa às ações de redução do déficit habitacional.

"A gente não vai conseguir resolver toda questão da necessidade de habitação simplesmente produzindo moradias novas. Essa é uma parte importante, mas essa forma de atendimento não dá conta de toda a necessidade habitacional", afirmou Castelo.

O estudo elaborado pela pesquisadora da FGV para analisar o impacto do programa Minha Casa Minha Vida na construção civil foi encomendado pelo Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais de São Paulo (Secovi-SP), Sindicato da Construção Civil do Estado de São Paulo (Sinduscon-SP), Associação Brasileira das Incorporadoras (Abrainc), Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cbic) e Associação Paulista de Empresários de Obras Públicas (Apeop).